



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 036/2016

Contrato para realização do curso “Governança Corporativa”, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. 26 do PAE n. 27.226/2016, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa EADPRO Treinamento e Desenvolvimento Profissional e Gerencial Ltda. EPP, em conformidade com as Leis n. 8.666/1993 e 8.078/1990, tendo sido esta contratação realizada mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro nos artigos 25, II, e 13, VI, da Lei n. 8.666/1993.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, a empresa EADPRO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA. EPP, estabelecida na SQN 314, Bloco I, apartamento 211, Asa Norte, Brasília/DF, 70767-090, telefone (61) 4042-3586, e-mail joel@provalore.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 12.991.627/0001-30, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Sócio-Diretor, Senhor Joel Solon Farias de Azevedo, inscrito no CPF sob o n. 366.629.330-15, residente e domiciliado em Brasília/DF, têm entre si ajustado Contrato para realização do curso “Governança Corporativa”, firmado de acordo com as Leis n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.078, de 11 de setembro de 1990, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a realização do curso “Governança Corporativa”, dirigido aos servidores interessados do TRESA, nos termos do Projeto Básico e da proposta da Contratada, constantes do PAE n. 27.226/2016, conforme especificações abaixo:

1.1.1. O curso será disponibilizado pela Contratada na modalidade “ensino a distância – EAD” através de plataforma de ensino própria;

1.1.2. O período de realização do curso será de **2 de maio de 2016 a 29 de maio de 2016**;

1.1.3. O número de participantes do curso será de **15 (quinze) servidores**;

1.1.3.1. A Contratada disponibilizará, num total de 15 inscrições, 7 (sete) inscrições de cortesia, sem ônus para o Contratante e com as mesmas características das demais, fazendo o respectivo participante jus, inclusive, ao certificado de conclusão;

1.1.4. A certificação de conclusão do curso pelos participantes será condicionada à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas, ficando resguardada a possibilidade de aplicação de uma avaliação de conhecimento, a critério do Contratante.

1.1.5. O conteúdo programático a ser ministrado será o seguinte:

1.1.5.1. Módulo 1 – Evolução da gestão pública no Brasil:

a) Modernização da gestão no setor público;

b) Planejamento estratégico nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e

c) Orientação a resultados;

1.1.5.2. Módulo 2 – Definição da estratégia em objetivos, metas e ações:

- a) Avaliação crítica da estratégia das organizações;
- b) Gerenciamento de projetos e portfólios de projetos; e
- c) Gestão de processos e macroprocessos;

1.1.5.3. Módulo 3 – Alinhamento e desdobramento da estratégia:

- a) Desdobramento da estratégia nas Unidades e nos setores;
- b) Melhoria contínua – ciclo PDCA;
- c) Mapeamento e modelagem de processos; e
- d) Gestão de pessoas por competências no serviço público;

1.1.5.4. Módulo 4 – Governança corporativa:

- a) Monitoramento da estratégia;
- b) Gerenciamento de indicadores de desempenho e metas;
- c) Reunião de Análise Estratégica;
- d) Priorização e despriorização de ações;
- e) Gestão de riscos e oportunidades; e
- f) Controle Interno focado em Risco.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do PAE n. 27.226/2016, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada em 12/04/2016, e dirigida ao Contratante, contendo o preço e especificações dos serviços que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços, o valor de R\$ 6.320,00 (seis mil, trezentos e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

4.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

4.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias após o cumprimento das obrigações contratuais.

4.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com as contribuições para a Previdência Social (INSS), bem como a prova de inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.4. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo TRES, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

4.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de Santa Catarina, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa *Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica*, Subitem 48 – Serviços de Seleção e Treinamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO EMPENHO DA DESPESA

6.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2016NE000891, em 28/04/2016, no valor de R\$ 6.320,00 (seis mil, trezentos e vinte reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O Contratante se obriga a:

7.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Segunda e Quarta deste Contrato;

7.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e

7.1.3. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada se obriga a:

8.1.1. ministrar o curso nas condições, preço e prazo estipulados neste Contrato, bem como no Projeto Básico e em sua proposta, constantes do PAE n. 27.226/2016;

8.1.2. desenvolver o conteúdo do curso segundo metodologia pedagógica específica da modalidade de ensino a distância, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;

8.1.3. fornecer *logins* e senhas aos servidores credenciados pelo Contratante para acesso à plataforma em horário livre;

8.1.4. administrar integralmente o processo de aprendizagem dos participantes do curso, na interface com a plataforma onde serão disponibilizadas as aulas, bem como disponibilizar materiais de apoio complementares indicados pelos docentes;

8.1.5. conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação a serem definidos de comum acordo entre o Contratante e a Contratada;

8.1.6. arcar com todos os tributos referentes a este Contrato; e

8.1.7. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 27.226/2016.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

9.2. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo do Contratante, à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado, até a data da conclusão dos serviços.

9.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução contratual.

9.3. Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.4. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" da Subcláusula 9.3 caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.5. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "e" da Subcláusula 9.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO

10.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de qualquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" da subcláusula 9.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" da subcláusula 9.3.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 25 de maio de 2016.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

JOEL SOLON FARIAS DE AZEVEDO
SÓCIO-DIRETOR

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

VERA LÚCIA DIAS LOPES
TITULAR DA DIVISÃO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA
EJESC